

VIRIATO GOMES

A fundamentação doutrinária das Razões de Estado, do princípio segundo o qual aos titulares do Poder tudo é válido (inclusive disso que, entre nós, é chamado de "mordomia"), começou, paralelamente, ao estabelecimento do Poder. Paulo, o Apóstolo, ensinou — "quem vive no altar, vive no altar" — justificando o clero que, sem trabalhar, usufruía privilégios. A oposição, advertia: "Todo o Poder emana de Deus".

Assim veio se consolidando a teoria do Direito Divino Dos Reis, a ponto do monarca ora confundir-se com Deus, ora com o Estado, na conhecida frase de Luis XIV — "O Estado Sou Eu" — e na declaração do Parlamento francês: — "Cabe ao súdito prestar obediência ao Rei como se fosse a Deus".

Anacronicamente, esta ideologia ressurgiu, de quando em vez, como em nosso século, ao encontrarmos na União Soviética a figura do ex-seminarista Joseph Stalin cujo título só rivalizava com o do católico Francisco Franco. O comunista era o "Guia Genial dos Povos e Pai Amado", e o fascista, "Caudilho da Espanha Pela Graça de Deus". Como se exigir dos povos a consciência crítica diante de tanta religiosidade?

No Museu Histórico do México, no Bosque de Chapultepec, na brava terra

de Benito Juarez (este sim, um homem digno do amor de sua gente e que inspirou a Victor Hugo a maior das admirações), encontramos, gravada em pedra, a afirmativa do nobre francês encarregado de administrar aquela colônia: "Devéis saber que vós, o povo, não tendes nenhum direito, a não ser o de trabalhar e obedecer". Diferentemente das autoridades do mundo atual, falava-se com franqueza naquelas épocas.

Os exemplos e as citações poderiam ir ao infinito, comprobatórios da capacidade humana em esmagar seus semelhantes, sob os disfarces mais vis e os motivos mais torpes.

Na Idade Média os Nobres não pagavam impostos; a Igreja, também não; a Cavalaria é que não iria pagar. O leitor já imagina quem os pagava. Os camponeses. Os camponeses que não possuíam a sabedoria do Clero; as armas da Cavalaria e o Poder dos Nobres, de cuja classe vinha o monarca, representante de Deus na Terra. E se todas essas razões não bastassem, havia uma quarta: eram os mais desamparados e desunidos, e sempre lhes restaria a esperança após a morte (outra forma de dizer o que hoje está em moda: sacrifício no presente e recompensas mais tarde).

Conversávamos na sacada do Palácio do Governo em Brasília, uma senhora de profunda cultura em visita à cidade e recentemente nomeada para um alto

cargo em São Paulo, e tive a oportunidade de lhe observar: — "Agora que você subiu alguns degraus na escada do Poder, perdeu outros tantos no conhecimento da realidade social. Apenas fisicamente esta sacada é um ângulo melhor para se contemplar os que ficaram lá em baixo. Nos países pobres, quanto mais se sobe, menos se enxerga o povo e suas necessidades".

No Brasil, os governos, periodicamente, montam espetáculos os mais ruídosos, ficções políticas, a fim de que parcelas da população concluam que alguma coisa não continua como antes. Como se a Política e a Economia não fossem, tão-somente, meras, lentas e tenazes construções do cotidiano. Infelizmente, caiu sobre nós mais um Plano de Salvação Econômica. É sinistro o espetáculo que nos é imposto. Busca-se a unanimidade falando-se da superinflação que teria criado Adolfo Hitler. Apela-se ao sacrifício geral, mas os que assim procedem não se colocam jamais entre os sacrificados. Os sacrificados, por sinal, nunca puderam propor coisa alguma. O governo exerce a Administração Pública sob duas formas, a Administração Direta e a Indireta. Neste âmbito, conforme o Oráculo-Planaltino, sessenta mil pessoas devem ser sacrificadas.

Os Deuses todos, o do Antigo Testamento (o que exigiu que Abraão matasse o próprio filho Isaac) e os da mitologia

grega, que exigiram a morte de Efigênia às vésperas da guerra de Tróia, todos têm, até hoje, o hábito de exigir sacrifícios humanos. Mas, entre a Administração Direta e a Indireta, de qual matar os sessenta mil filhos? Ora, se em tudo deve existir um critério, devemos considerar: os da Direta ganham migalhas, os da Indireta ganham milhões. Ora, se é assim, alguma disposição do Planalto-limpo deve ter concorrido para tanto. Escolheram-se então, para sacrifício, os miseráveis da Administração Direta. Afinal, é preciso conservar as tradições medievais, porquanto na Administração Indireta (Estatais e certas Fundações), estão os membros da Cavalaria e da Nobreza, esses mesmos aos quais a gentilha despeitada chama de marajás. Os que permaneceram na Administração Direta, já que recebem migalhas, devem ter salários congelados.

O trabalho e os salários foram baixados até a indignidade. Os preços não pararam de subir já que ninguém os controla.

Antes do espetáculo, mas em meio à Overtura, uma personalidade da Nobreza, a face grave e compungida, assegurou: "Faremos mais este sacrifício e o mesmo se espera do povo".

Isto é que é certeza da impunidade! Mas quando, na História, é sensato, qualquer certeza?

Viriato Gomes é Jornalista e Advogado

Sarney, seja um novo Osório

PAULO SÁ

O Brasil possui 176 empresas estatais no setor produtivo, com 700 mil funcionários; nas repartições burocráticas, existem 7 milhões e 300 mil empregados. Ao todo, são 8 milhões de servidores públicos. Para 22 milhões, no setor privado (com carteira assinada), a proporção é menor que 3 para 1.

O patrimônio líquido dessas estatais é de 50 bilhões de dólares, mas elas se envolvem em compromissos financeiros da ordem de 120 bilhões. Este envolvimento em grande parte deficitário é financiado por empréstimos estrangeiros e por emissão de papel-moeda sem o respectivo lastro. Os subsídios feitos ao trigo, álcool e outros produtos custam 4,5 bilhões de dólares. Tudo isso provo-

ca um aumento progressivo da dívida interna do País.

Portanto, a verdadeira solução para o angustiante problema da inflação no Brasil nos foi ensinada pela Bolívia. Esta nação congelou apenas os gastos públicos, tendo liberado os preços e salários. Conseqüentemente a inflação caiu de 8.017% para 12%, em 3 meses.

O Choque de Verão é o 3º Plano de Congelamento feito, em vão, pelo presidente Sarney. No período de seu governo houve uma desvalorização de nossa moeda em 1 milhão de vezes (1.000 cruzeiros valendo 1 cruzado; 1.000 cruzados valendo 1 cruzado novo). Admitiu 360.000 funcionários a mais dos já existentes em demasia. Dilapidou 21 bilhões de dólares no Plano Cruzado, considerado, pela imprensa internacional, como o maior estelionato eleitoral da história da humanidade. "Gastar somente o que arrecadar"! eis a promessa falsa do presi-

dente em seus 3 planos econômicos já fracassados.

Sarney não goza mais de credibilidades junto ao povo brasileiro. Pesquisa de opinião pública junto à população de São Paulo acusa que 56% mantêm a pouca confiança que tinha nele, e 22% diminuiu esta pequena confiança.

Os empresários não confiam no saneamento das contas do setor público

Os trabalhadores não confiam que o congelamento de salários vise a beneficiá-los.

O povo não confia na seriedade do congelamento, pois depois de publicada a tabela de preços, os automóveis tiveram um aumento de 15%.

Os credores internacionais não confiam que o governo venha a corrigir o déficit da estatais, causador de uma inflação mensal de 20%.

O presidente teve dificuldade até em conseguir que personalidades da Na-

ção aceitassem ser ministros de seu governo.

A renúncia urgente de Sarney se faz necessária para que em um tempo hábil surja um novo presidente com autoridade moral e com competência administrativa, para salvar-nos de uma hiperinflação.

Quando o Brasil estava perdendo a guerra do Paraguai, o general Osório, num ato de patriotismo, renunciou o comando a favor de Duque de Caxias que conseguiu a vitória final contra o inimigo.

Presidente Sarney! seja um novo Osório nesta guerra contra a inflação, pois s. exa. já perdeu as batalhas dos 3 planos econômicos: Cruzado, Bresser, Feijão com Arroz, e certamente será vencido com o Choque de Verão.

A Nação já cansou de ser enganada.

Paulo Sá é cirurgião-dentista